

A PROFISSÃO DOCENTE NAS MENSAGENS DOS PRESIDENTES DE ESTADO DO RIO DE JANEIRO NOS ANOS DE 1920

José Carlos Souza Araújo¹

Resumo: O objeto desta é compreender o ser professor no Estado do Rio de Janeiro nos anos 1920, a partir das Mensagens dos Presidentes do Estado, as quais se constituem como forma de comunicação oficial entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo; são elas enviadas anualmente pelo primeiro, cujo teor se expressa pelas diversas ramificações que envolvem a administração pública. Nesse particular, a temática educacional se faz presente, bem como as referências sobre a profissão docente estão relativamente evidenciadas. Tal objeto implica em distinguir três dimensões em vista de uma categorização a orientar a pesquisa: Qual professor que se tem? Qual professor que se quer ter? Quais os caminhos deverão ser percorridos em vista do professor que se quer ter, levando-se em conta as possibilidades e os obstáculos? Em outras palavras, trata-se de distinguir e evidenciar três categorias: a *profissão* docente existente, o *profissionalismo* a nortear tal profissão, e a *profissionalização* que se exercita em vista dos ideais expressos pelo profissionalismo, reconhecendo-se também uma consciência dos empecilhos à referida profissionalização. Nessa direção, trata-se de trazer à tona a perspectiva do Estado, e não as reivindicações docentes expressas através de associações, sindicatos etc.

Palavras-chave: profissão docente; Rio de Janeiro; Mensagens dos Presidentes de Estado.

Abstract: The focus of this article is to comprehend the state of being a professor at the Rio de Janeiro state in the decade of 1920, through the State's President messages, which constitute as a form of official communication between the Executive Power and Law Power; they are send every year, expressing the most diverse branching which involves the public administration. On this particular one, the education is present, such as the references to the profession itself. Such object implies on distinguish three dimensions around the categorization to give directions to the following research: Which teacher we have? Which teacher we expect to have? Which paths should be concluded in order to expect which teacher we should have? In other words, treats about distinguishing and clarifying three categories: the existent professor profession, the professionalism which gives direction to it and the professionalization which it exercises around the ideals expressed by the professionalism, also recognizing a conscience through the obstacles to the referred professionalization. At this same direction, treats to bring the perspective around the State and not the act of claiming from the professors expressed through their associations, syndicates etc.

Key words: teaching as a profession, professor, Rio de Janeiro, State President messages

Ser professor compreende a sua formação prévia ao exercício profissional, bem como a posterior, faça-se ela em serviço, ou através de liberação do mesmo. Além disso, as experiências

¹ Doutor em Educação pela UNICAMP. Institucionalmente, o autor é pesquisador visitante junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UnB, e professor-colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Esta comunicação conta com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, além de constituir-se como parte de um projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq.

do professor também constituem a sua formação, sejam elas anteriores ou externas ao processo escolar, bem como constitui sua formação a experiência de exercer a profissão; nesse sentido, a sala de aula, a aula, os conteúdos, o ensino, a aprendizagem, os métodos e as técnicas de ensino, as tecnologias educativas, a avaliação, a relação entre o professor e o aluno, a organização pedagógica, o planejamento são aspectos cruciais a compor o ser profissional do professor.

Várias são as fontes que permitem aceder ao objeto desse estudo, o ser professor no estado do Rio de Janeiro nos anos de 1920. Legislação educacional, correspondências, relatórios de inspetores, processos disciplinares, avaliações institucionais, autobiografias docentes, histórias de vida, planos e diretrizes para a educação, reformas educativas, livro de atas de reuniões pedagógicas podem ser apenas algumas dentre elas.

Entretanto, nessa pesquisa privilegiam-se as Mensagens dos Presidentes de Estado – designação esta que denominava os governadores de Estado no Brasil até 1930 - no decorrer do período entre 1920 e 1930, as quais constituem a comunicação oficial entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo do Rio de Janeiro; são elas de iniciativa do primeiro – no caso, o Presidente de Estado – e são enviadas anualmente, cujo teor se expressa pelos diversos aspectos que envolvem a administração pública, tais como: agricultura, estrada de ferro, serviço público, finanças, indústria, hospitais, economia, instituições bancárias, assistência social, magistratura, saúde pública, sistema carcerário, polícia, terra, imigração, eleições, pecuária, edificações urbanas etc.

Além disso, cabe também ressaltar que tais mensagens procuram estabelecer, em termos de conteúdo, um balanço administrativo da parte do Poder Executivo sobre os andamentos administrativos do governo sob a sua responsabilidade, e geralmente estruturam-se a partir de relatórios anuais de governo, nos quais se encontram descrições, justificativas, avaliações de objetivos, propostas e projetos para o ano vindouro. Em termos de periodização, as Mensagens em apreço, que constituem o objeto dessa pesquisa, são em número de 11 (onze), as quais envolvem quatro diferentes Presidentes de Estado:

Data do envio das Mensagens	Presidente do Estado em exercício no período de 1920 a 1930	Número de páginas das Mensagens
01/08/1920	Raul de Moraes Veiga	140
01/08/1921	Raul de Moraes Veiga	129
01/08/1922	Raul de Moraes Veiga	118
10/12/1923	Aurelino de Araújo Leão	16
01/08/1924	Feliciano Pires de Abreu Sodré	107
01/08/1925	Feliciano Pires de Abreu Sodré	131
01/08/1926	Feliciano Pires de Abreu Sodré	189
01/08/1927	Feliciano Pires de Abreu Sodré	264
01/08/1928	Manuel de Mattos Duarte Silva	201
01/10/1929	Manuel de Mattos Duarte Silva	251
01/10/1930	Manuel de Mattos Duarte Silva	189

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação à temática educacional, presente em tais Mensagens, encontram-se a título de exemplificação, aspectos devotados à educação primária, às escolas normais, à educação secundária, à educação superior, ao ensino agrícola etc. Via de regra, essa é a tônica presente em todas as Mensagens.

E o ser professor está relativamente presente em tal documentação. Para a abordagem do mesmo, propõe-se uma categorização, fundada em aportes sociológicos vinculados à teoria das profissões, em torno de três questões: a) Qual professor que se tem? b) Qual professor que se quer ter? c) Quais caminhos deverão ser percorridos em vista em vista do professor que se quer ter?

Em outras palavras, trata-se de distinguir e evidenciar três categorias: (a) a *profissão* docente existente, como a praticada; (b) o *profissionalismo* a nortear tal profissão, e (c) a *profissionalização* que se exercita em vista dos ideais expressos pelo profissionalismo. Tais categorias a operarem sobre a realidade documental funcionam como ferramentas a orientar a atividade investigativa. Embora sejam elas resultantes de aportes sociológicos contemporâneos, significam muito para delinear empiricamente as fontes escolhidas.

Na verdade, trata-se de evidenciar a perspectiva do Estado, oficialmente expressa pelas referidas Mensagens, e não a ótica do professor ou de outras instâncias, por exemplo, de associações, sindicatos, congressos, literatura educacional e pedagógica, revistas, jornais etc. Entretanto, pode-se sustentar que, pela sua profusão, tal documentação é capaz de responder satisfatoriamente à indagação: o que é ser professor segundo a ótica do Estado.

Contextualização e justificativas:

A escolha dos anos 1920 deve-se aos seguintes aspectos de ordem educacional: a) o analfabetismo andava, em média, na faixa dos 70%; b) a disseminação da escolarização primária, de caráter seriado, através dos grupos escolares: no Estado do Rio de Janeiro, em 1920 havia 49; cinco anos depois, somavam 59; entretanto, em 1930, já atingiam a soma de 69 grupos escolares (para comparações: em Minas Gerais contava-se com 166 grupos escolares instalados, e em 1930 atingia-se a casa dos 265); c) o Estado do Rio de Janeiro contava com três escolas normais públicas, conforme a Mensagem de 1926, e funcionavam em Niterói, Campos e Petrópolis; d) além dos métodos de ensino *tradicional*, de longa vigência na educação brasileira, mas também na Europa, e do *intuitivo* (este emergente no Brasil nos anos 1870), desabrochava o método *ativo* sob a inspiração do movimento escolanovista. No âmbito de tal movimento, o professor é comumente protagonista nas referidas Mensagens, estejam em consideração esse ou aquele ou aqueloutro método; e) foi constituída, em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro (a futura UFRJ), uma universidade pública sob os auspícios da União; e, em 1927, cuja data também está afeta a essa pesquisa, constituía-se a Universidade de Minas Gerais (a futura UFMG), uma universidade pública estadual. Entretanto, não se realizavam nelas a formação do professor em nível superior.

Profissão docente:

Como se aventou inicialmente, o objeto dessa seção e elucidar a profissão docente existente, segundo a ótica do Estado – especificamente aqui a partir das Mensagens dos Presidentes de Estado do Rio de Janeiro – entre 1920 e 1930.

Nesse sentido, extraem-se informações de que havia salas de aula que excediam a 50 alunos, em vista do que houve a necessidade de professores adjuntos (Mensagem de 1920, p. 33). A mesma questão está presente na Mensagem de 1922: em referência ao Decreto de 11 de novembro de 1921, que reforma a escola normal, institui-se o professor adjunto,

[...] cujas turmas extraordinárias, determinadas pelo elevado algarismo da matrícula e formando secções suplementares, eram até então allí regidas por professores adjuntos de escolas primárias, como auxiliares de ensino, sem a menor estabilidade e sem vencimentos fixados, ou seja apenas com gratificação extraordinária por labore. (1922, p. 40)

Tal aspecto é explicitamente reconhecido pelo conteúdo expresso na Mensagem de 1927: “A nossa população cresce, anualmente, numa proporção de 2,35%, taxa média de crescimento segundo a Estatística Federal – com base no período de 1872 a 1920.

Conseqüentemente, aumenta a população escolar [...]”. Tal informação é significativa, tendo em vista ponderar a respeito da dinâmica em torno da política educacional nesse período, particularmente a respeito das demandas de que se acercava a escola: a taxa de crescimento populacional e reconhecidamente alta, além da população de 0 a 14 anos constituir-se em 50% da população municipal (tais informações estão presentes, por exemplo, na região do Triângulo Mineiro). Cabe ainda esclarecer que a idade média de vida no Brasil em 1910 era de 33,4 anos.

Ainda que sejam encontráveis observações estimuladoras e, mesmo elogiosas, por parte do Estado, a crítica ao professorado também está presente, como, por exemplo, no seguinte trecho:

[...] a massa de analfabetos crescia, dia a dia, com coeficiente bastante alto; as escolas publicas já não condiziam com os reclamos da mais densa população escolar; a escassez de material didactico era evidente e desoladora; o professorado, competente e esforçado, como que empolgado pelo desanimo apresentava pouco desenvolvimento do trabalho, annullando a efficiência da escola. (Mensagem de 1927)

Em termos da profissão existente, denuncia-se a ausência de escola de aplicação na Escola Normal na Escola Normal do Rio de Janeiro (Mensagem de 1920, p. 34). Trata-se aqui de uma referência à formação do professor, mas demonstrativa dos desencontros entre uma cobrança do trabalho do professor e de ausência de formação adequada. Argumenta ainda a referida Mensagem em torno da concepção de que tal escola de aplicação em apreço familiarizaria os alunos com a profissão a que se destinavam.

Por outro lado, quando se avoluma a demanda por normalistas ao final dos anos 1920 – seja em torno da demanda pela escola, mas também pela ampliação das oportunidades escolares no interior do Estado do Rio de Janeiro, reclama-se a respeito das normalistas que não queriam ir para os lugares mais distantes, afastados e sem comunicação por via férrea (Mensagem de 1927, p 96).

Profissionalização docente fundada nas diretrizes do Estado:

O que se ressalta, particularmente na Mensagem de 1920 (p. 30), é a orientação relativa ao desenvolvimento do ensino público: o Estado chama-se a si a responsabilidade de estabelecer diretrizes em relação ao mesmo, expressando que se tratava de “por ordem na sua distribuição e método no apuramento e escolha do professorado”. Ou seja, a profissionalização docente estaria sob as rédeas reguladoras do Estado em vista da política pública a ser constituída. E necessário ressaltar tal aspecto porque, ainda sob a presidência de Raul de Moraes Veiga, a Mensagem de 1922 reforçaria a mesma diretriz: “ao encetar o meu governo as escolas publicas estavam entregues quase que exclusivamente aos próprios professores que as regiam” (p. 33).

Como se observa, sob as rédeas do Estado, seria necessário garantir o envolvimento do professorado. Nessa direção, a ótica estatal se explicita inclusive na perspectiva de fundar os norteamentos ao profissionalismo docente. Depois de firmar medidas relativas aos prédios escolares, aos mecanismos administrativos, ao mobiliário escolar, aos materiais didáticos necessários e a necessidade de alunos para receber “as luzes da instrução”, traça a seguinte diretriz em torno do profissionalismo docente: “Metodizar os processos de ensino, elevar e concitar o professorado a um maior entusiasmo para o desempenho de seu esforçado mister” (Mensagem de 1922, p. 36).

A mesma Mensagem, depois de considerações várias, retoma a questão da profissionalização ao referir-se elogiosamente aos professores do Instituto Normal de Petrópolis pela sua capacidade no preparo das alunas e assíduos no cumprimento dos deveres. Afirma que aí se realiza o exercício de prática pedagógica regularmente, e em escola anexa (Ibidem, p. 41).

Em conteúdo da Mensagem de 1924, ressalte-se a recorrência à temática da profissionalização pela via da formação presente no decreto de 5 de abril de 1924, conforme comentários da mesma, evidenciando-se com o argumento de que ele “[...] pôz todas as condições para que o ensino professoral tenha um cunho prático verdadeiramente característico, e para que se torne uma realidade a prática escolar dos professorandos mediante o ensino da methodologia didáctica” (p. 41).

O mesmo direcionamento, do ponto de vista da profissionalização pela via da formação, está também presente - quando da construção da Escola Modelo e do Jardim da Infância relativamente à Escola Normal de Niterói -, posto que sustenta tal construção como aquela que iria proporcionar “às normalistas um utilíssimo campo de aplicação pedagógica, seja na parte de escola primaria, seja no que concerne à methodologia montessoriana” (Mensagem de 1927, p. 104).

Duas observações são importantes em relação ao papel da fiscalização da parte do Estado em estabelecer o norteamento da profissionalização docente. Observe-se que as diretrizes fiscalizadoras darão o tom à competência dos professores: “a assídua fiscalização permitirá avaliar do encaminhamento do ensino, e dará ao Estado o índice da competência dos mestres, da sua dedicação na ingente e patriótica lucta contra a ignorância [...]” (Mensagem de 1924, p. 44). Nesse particular ainda, a Mensagem de 1927 explicita a inspeção técnica como intenção do governo, inclusive em relação ao fortalecimento da mesma, uma vez que estaria o inspetor em contato assíduo com o professor, “[...] dando-lhe instruções, assistindo-o com os seus conselhos, proporcionando-lhe aulas-modelo, acompanhando a dedicação e o interesse do mestre, e o

aproveitamento das classes, corrigindo os métodos condenáveis e reconhecendo as necessidades materiais da escola para prover-a convenientemente” (Mensagem de 1927, p. 97).

Em seguida, a mesma Mensagem justifica o papel da inspeção, detalhando ainda mais a operacionalização do trabalho docente em termos profissionais, retomando as questões relativas ao método, mas incluindo os processos de ensino, as técnicas de ensino:

A autoridade da inspeção [...] não é um mero agente de execução, porém com funções mais relevantes, assistindo o mestre, interessando-se pela uniformidade dos métodos e processos de ensino e encaminhando-o na prática escolar, corrigindo defeitos de técnica, pleiteando o progresso da matrícula e da frequência, fomentando as instituições de assistência escolar, presta excepcional serviço ao ensino público. (Ibidem)

Um outro aspecto marcante em tais Mensagens constantes no período em apreço é o relativo às promoções do professor: regulamenta-se a mesma em termos de carreira – especificamente de professor adjunto para catedrático –, realiza-se a provisão de cadeiras, realizam-se nomeações em vista da substituição dos professores substitutos (Mensagem de 1922, p. 41); em mensagem posterior, explicita-se o papel do Estado na fixação dos vencimentos e de gratificações (Mensagem de 1924, p. 42); ainda relacionado a tal temática, justifica-se o premiar, através de promoções, os méritos daqueles que se esforçam mais (Mensagem, de 1927, p. 96). Justificam-se também licenças premiadas a professores (Mensagem de 1929, p. 58).

Com o subtítulo *Rejuvenescimento do quadro*, cabe ressaltar tal tema no interior da Mensagem de 1929, particularmente do ponto de vista do Estado em relação ao exercício profissional docente entre aqueles com 60 anos ou mais, reconhecendo os limites fisiológicos, orgânicos e psíquicos, mas estabelecendo a jubilação compulsória:

Pareceu-me conveniente cuidar-se do rejuvenescimento do quadro dos professores públicos, o que é facilmente justificável. Há preceptores antigos que revelam grande dedicação e podem desobrigar-se da tarefa educativa com algum proveito, mas sobre constituir uma exceção, é para ponderar que não devemos exigir-lhes aquilo que já se afigura para eles, um penoso encargo. É evidente que não lhe poderemos encontrar os mesmos estímulos, as mesmas condições fisiológicas, orgânicas e psíquicas, que assegure a mesma disposição de ânimo para o trabalho, a mesma assiduidade, a mesma saúde, excelente memória, afinco no estudo, entusiasmo, presteza de raciocínio, paciência e energia, progresso de acordo com os novos métodos, o que exige quasi que um novo aprendizado. Estabeleceu-se, então, que o professor que contar 60 anos de idade e 35 de serviço, terá direito à jubilação, que será compulsória, se elle a não requerer no prazo de 60 dias. (p. 59)

Profissionalismo da docência, uma orientação estatal:

O profissionalismo é entendido como as características e capacidades específicas da profissão. É a complexa variedade a que um profissional se deve submeter para desempenhar o trabalho com dignidade, justiça e responsabilidade. Trata-se, na verdade, dos norteamentos que

orientam o exercício profissional. O mesmo princípio também vale para o profissionalismo docente. Em relação ao objeto deste, sob a ótica do Estado, presente nas Mensagens em apreço, observa-se um discurso ‘profissionalista’, que segundo Hypólito desenhar-se-ia conceitualmente da seguinte forma: “[...] o profissionalismo docente, como discurso oficial, passar a exercer uma função disciplinadora, controladora e ideológica, na medida em que subordina as discussões da realidade concreta de trabalho dos professores e das professoras a algo que se deve buscar em outro lugar e em outro tempo” (1995, p. 85).

Ou seja, pode-se averiguar que tal discurso oficial, sob a ótica do Estado, explicita dimensões metafísicas a fundar o profissionalismo em pauta, o que guarda relações com a profissionalização, bem como estabelece bases para se reconhecer a profissão que se tem.

Nessa direção, afirma-se que os professores desempenham-se profissionalmente como ‘modestos e dedicados funcionários do estado’ (Mensagem de 1920, p. 36), que o seu cargo tem dignidade, o que lhe garante retribuição pelo serviço que presta. Elogia-se, numa outra Mensagem, a ‘elevada missão de ministrar o ensino’, a propósito do novo regulamento das escolas normais com base no decreto de 2017, de 1924: “[...] são muito animadores os resultados que esta reforma vae produzindo no sentido de preparar bons mestres, aptos a bem desempenhar a elevada missão de ministrar o ensino primário, base indispensável a toda cultura científica e literária” (Mensagem de 1925, p. 44).

Logo a seguir, a mesma Mensagem se expressa preocupada com o “desígnio de elevar o valor moral do professor, estimulando-o para o bom desempenho do seu nobre mister” (Mensagem de 1925, p. 47).

Também o louvor aos professores está presente numa outra Mensagem a propósito dos rumos do magistério primário, qualificando-os como portadores de qualidades, tais como a lealdade, a inteligência, a dedicação, as quais têm como resposta a melhoria dos vencimentos:

[...] devo significar-vos que as condições do pessoal ensinante tem melhorado sensivelmente. Classe essa de lealdosos, inteligentes e dedicados servidores, que prestam à população uma collaboração decisiva e proveitosa. Faltava-lhes, sobretudo nas zonas ruraes, um certo estímulo, uma confortável assistência, um elemento incentivador das óptimas qualidades profissionaes que, ao desamparo, como que ficavam dormentes. Procurei cercal-os, melhorando-lhes as condições de vida, com o augmento de vencimentos. (Mensagem de 1927, 95)

Uma outra qualidade moral do professor é a abnegação, propriamente referida como a ‘classe dos abnegados’ (Mensagem de 1926, p. 96). Em Mensagem de 1929, volta-se à nobreza da missão do professor, associada à temática da ‘unidade nacional’, para a qual a sua figura seria

efetiva para explicitar uma ‘consciência cívica, um espírito de cidadania e de brasilidade’.

Ressalte-se, entretanto, o papel das escolas normais em tal configuração:

Ora, o professor exerce uma nobilíssima missão, que interessa igualmente a todo Brasil, com uma aspiração comum e uma única finalidade moral e cívica; o plano de estudos com pequenas variantes, é o mesmo em todos os institutos normaes, e se destina ao mesmo fim – educar a mocidade illetrada, alphabetizar a massa; não há sequer abundancia de professores que obrigue a uma medida protectiva, para evitar a concurrencia prejudicial aos que se diplomam pela nossa Escola: precisamente o que a unidade nacional exige é a mesma sincera e fervorosa preocupação de educar o povo para crear-se uma consciência cívica, um espírito nacional de cidadania e de brasilidade ao influxo da terra moça e forte. (Mensagem de 1929, p. 59-60)

Todavia, outras qualificações morais da docência, tais como a responsabilidade, o envolvimento com a sua missão, o seu empenho, o seu sacerdócio, a preocupação docente em ser verdadeiro através de seu trabalho, bem como a sua dedicação; além disso, observe-se que tais elogios referem-se ao professor como desinteressado e sem ambição. Tais aspectos estão referidos em considerações ao recenseamento escolar:

[...] adoptou o Regulamento um systema que assegura um resultado magnífico do censo escolar, sem exigir grande sacrificio do erário publico. O professor recebeu, então, a maior parcella de responsabilidade nessa tarefa. Compreende-se que assim seja, pois que ele tem o maior empenho em mostrar-se verdadeiro, dedicado, vivamente interessado pelo triumpho de sua missão. Não é o guarda recenseur displicente, com a garantia da remuneração mensal, seja ou não proveitoso o seu trabalho, mas é o mestre, elle mesmo pessoalmente, com critério, sem ambição, desinteressado, prestando ao seu Estado e ao seu sacerdócio, o mais inestimável coefficiente de sua contribuição individual, que se transforma em illimitado beneficio à sua Pátria. (Mensagem de 1929, p. 62)

Tal ordem de considerações a respeito do profissionalismo docente também envolve o aluno, em particular aqui sob a orientação escolanovista. Embora em tal citação, a presença docente não esteja evidenciada, ela se encontra nos bastidores, uma vez que a centralidade do aluno, aqui citada, configura o professor como invisível: em suma, a displicência do professor será superada pela sua adequada espreita do aluno, tendo em vista promovê-lo:

Já agora não sera da mesma forma. Esse aluno que se matriculou analphabeto não sera tratado com essa displicência. O mestre é obrigado a espreital-o, a acompanhar com mais carinho e com mais cuidada observação as suas manifestações intellectuaes, os seus pendores, as expressões mais vivas e interessantes de sua personalidade nascente, e surpreender mesmo a sua vocação e seu valor moral. Com o processo de selecção, seguindo os seus estudos, promovido, destacado, o alumno já não retornará a sua casa após a conclusão dos estudos primários, se se revelou um valor ponderável, se offereceu esperanças de um grande triumphador da vida, se tornou inequívocas as qualidades de um supra-normal. Elle prosseguirá nos estudos, e passara ao curso secundário, e dahi aos institutos de ensino technico, ou superior, sempre auscultada a sua vocação e às expensas do Estado. (Mensagem de 1929, p. 63).

Em conclusão, os aspectos aqui delineados, a partir da empiria documental de ordem oficial, e que expressa a ótica do poder executivo do Estado do Rio de Janeiro entre 1920 e 1930, refletem dimensões várias, mas sempre referidas à dinâmica profissionalização docente.

O objeto que orientou essa pesquisa foi o da distinção entre profissão, profissionalização e profissionalismo, enquanto categorias que operacionalizaram sobre o real – em específico, a referida documentação oficial. Em termos empíricos, foi possível tal exercício operatório em torno das categorias aludidas, levando-se em conta as distinções aventadas. Ainda que os aportes utilizados – profissão, profissionalização e profissionalismo – sejam contemporâneos, revelaram-se satisfatórios em vista da constituição do quadro empírico associado à análise.

Tais categorias “[...] funcionam como instrumentos de trabalho a título análogo ao das ferramentas e artefatos materiais” (VIEIRA PINTO, 1979, p. 464-465). Elas se revelam capazes de reunir o protagonismo do professor no interior da escola, bem como em suas relações com a sociedade. Na verdade, o professor é o responsável pelo seu protagonismo, no caso, sobretudo pelo protagonismo projetado pelo Estado. As referidas categorias além de configurar uma teleologia – propiciada pela análise da profissionalização e do profissionalismo docentes - explicitam uma metodologia, posto que operam sobre a realidade:

As idéias são um dos instrumentos manejados na atividade investigadora, sem dúvida distintos dos de ordem material, mas, não menos eficientes e indispensáveis, pois operam sobre a realidade, e se comportam como forças que se opõem ao desconhecimento das propriedades das coisas, e por fim vencem as resistências do objeto a conhecer. (Ibidem, p. 465)

Entretanto, o ato de operar sobre a realidade – embora constituído previamente - se faz no decorrer da pesquisa intencionada: o enfrentamento do objeto, bem como sua problematização em torno da teleologia constituída em relação ao professor (profissionalismo e profissionalização) permite empiricamente a busca de resposta. Trata-se de vencer as resistências do objeto a conhecer, e isso é possível pelo processo operatório.

Ainda hoje, as contradições entre a profissão que existe de fato, a profissionalização buscada e perseguida, e o profissionalismo que se imprime ao profissional, bem como à profissionalização, tem nos anos de 1920 a 1930 um processo em construção da profissão de professor – porém, numa perspectiva ampliada em vista da ampliação do número de escolas normais associado à disseminação dos grupos escolares; as primeiras trouxeram condições mais concretas em vista da profissão que se tinha, da profissão que se aspirava (profissionalismo), bem

como do processo de profissionalização naquela conjuntura. Outros tempos e novos tempos, ou tempos contemporâneos, se imbricam, como se fossem um só, apesar de suas especificidades.

Referências:

HYPÓLITO, Álvaro. Trabalho docente e profissionalização: sonho prometido ou sonho negado? In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro e CUNHA, M.J. Desmistificando a profissionalização do magistério. Campinas: Papirus, 1999.

LAKANAL, Joseph. Rapport sur l'établissement des écoles normales. Paris: De l'Imprimerie Nationale, 1794.

LA SALLE, Jean Baptiste de. Conduite des écoles. Oeuvres Complètes. Roma: Frères des Écoles Chrétiennes, p. 595-729.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1999.

RIO DE JANEIRO. MENSAGENS DOS PRESIDENTES DE ESTADO DO RIO DE JANEIRO, de 1920 a 1930 (www.brazil.crl.edu).

VIEIRA PINTO, Álvaro. Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.